anual fixada por despacho do Ministro das Finanças e não excedente ao abono de residência a que tenha direito o consultor eclesiástico junto da Embaixada do Vaticano.

Art. 5.º Enquanto os rendimentos do seu património privativo se mostrarem insuficientes para a consecução dos seus fins estatutários, o Estado atribuirá anualmente ao Instituto Português de Santo António em Roma os seguintes subsídios:

a) Para sustentação do pensionato e pensões previstas no artigo 27.º dos estatutos

90.000\$00

20.000\$00

110 000\$CO

Art. 6.º É concedida ao Instituto Português de Santo António em Roma, para instalação e apetrechamento do pensionato e construção, na sua igreja, dos mausoléus do Patriarca das Índias D. Teotónio Vieira de Castro e do pintor Domingos António Sequeira, o subsídio extraordinário de 250.000\$\delta\$.

Art. 7.º A admissão ao pensionato será feita por concurso, nos termos do regulamento a publicar, perante júri constituído por representantes dos Ministérios das Finanças, da Educação Nacional e dos Negócios Es-

trangeiros.

Art. 8.º O regulamento do pensionato será elaborado pela Direcção Geral da Fazenda Pública, ouvido o superintendente do Instituto, no prazo de noventa dias, e uma vez aprovado pelo Ministro das Finanças será publicado no Diário do Governo, para se tornar executório.

§ único. Os aditamentos e alterações do regulamento seguirão o mesmo processo.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 22 de Maio de 1948. — António Oscar de Fragoso Carmona — António de Oliveira Salazar — Augusto Cancella de Abreu — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Thomaz — José Caeiro da Matta — José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich — Teófilo Duarte — Fernando Andrade Pires de Lima — Daniel Maria Vieira Barbosa — Manuel Gomes de Araújo.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Direcção Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna

Portaria n.º 12:399

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, abonar, a partir de 1 de Março de 1948, à Legação de Portugal em Dublim, pela verba da alínea a) do n.º 4) do artigo 23.º do ca-

pítulo 3.º do orçamento em vigor, as importâncias mensais abaixo designadas para ocorrer ao pagamento de salários ao pessoal assalariado da Legação, ficando assim alterada a portaria n.º 12:260, de 21 de Janeiro de 1948, mantida em vigor pela portaria n.º 12:320, de 18 de Março de 1948, na parte respeitante a essa Legação:

_										Libras	
Dactilógrafo											30
Servente .											20
Porteiro .						•					15
											65

Ministério dos Negócios Estrangeiros, 22 de Maio de 1948. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, José Caeiro da Matta.

(Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas).

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

8.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Publica-se, de harmonia com as disposições do artigo 7.º do decreto-lei n.º 25:229, de 6 de Maio de 1935, que S. Ex.ª o Subsecretário de Estado das Obras Públicas, por seu despacho de 5 do corrente mês, autorizou, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, a transferência da importância de 4.000\$\sqrt{0}\$ da verba da alínea d) para a alínea c) «Mobiliário e artigos diversos» do n.º 2) do artigo 67.º, capítulo 4.º, do actual orçamento deste Ministério.

8.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, 14 de Maio de 1948.— O Chefe da Repartição, Eduardo da Cunha Seixas Navarro de Castro.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA Gabinete do Ministro

Despacho

A maior abundância de carne verde nacional torna aconselhável dar maior latitude à Junta Nacional dos Produtos Pecuários para regular o sistema de abastecimento a vigorar na área das suas representações concelhias. Por essa razão, determina-se o seguinte:

Fica a Junta Nacional dos Produtos Pecuários autorizada a regular o abastecimento de carnes conforme as necessidades, as quantidades disponíveis e o interesse público aconselharem.

Ministério da Economia, 17 de Maio de 1948.— O Subsecretário de Estado do Comércio e Indústria, José Augusto Correia de Barros.